

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 7.386 - DF (2014/0104299-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**  
**EXEQUENTE** : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO  
AMAPÁ - SINDPOL/AP  
**ADVOGADOS** : MARCELO LAVOCAT GALVÃO E OUTRO - DF010958  
PAULO SÉRGIO CUNHA - DF019763  
**EXECUTADO** : UNIÃO  
**INTERES.** : IVANETE SANTOS DE ALMEIDA  
**INTERES.** : JACINTA DE FÁTIMA PERNAMBUCO COSTA  
**INTERES.** : JACIREMA DE SOUSA MENEZES  
**INTERES.** : JAIME GOMES BARBOSA  
**INTERES.** : JAIME SOUTELO SOUTO  
**INTERES.** : JAIR COELHO LIMA  
**INTERES.** : JAIRO DA SILVA NOGUEIRA  
**INTERES.** : JANI TELMA MONTEIRO LOBO  
**ADVOGADO** : EDUARDO MARCOS DE ALMEIDA - DF020026  
**INTERES.** : JARBAS CORDOVIL DE ATAIDE  
**INTERES.** : JOÃO ALVES DA SILVA FILHO  
**INTERES.** : JOÃO CARLOS LINS CORTE  
**INTERES.** : JOÃO DA SILVA CARDOSO  
**INTERES.** : JOÃO DO SOCORRO BRITO DA SILVA  
**INTERES.** : JOÃO DOS SANTOS FERREIRA  
**INTERES.** : JOÃO NELSON GEMAQUE CASTELO  
**INTERES.** : JOÃO OLIVEIRA DOS SANTOS  
**INTERES.** : JOÃO PAULO ROCHA RODRIGUES  
**INTERES.** : JOEL VILHENA SARMENTO  
**INTERES.** : JOELMA DA SILVA  
**INTERES.** : JONES DAVIS PASSOS DE LIMA  
**ADVOGADO** : EDUARDO MARCOS DE ALMEIDA - DF020026  
**INTERES.** : JORGE LUIZ CARDOSO COSTA  
**INTERES.** : JORGE MALAFAIA NOBRE  
**INTERES.** : JORGE MANOEL DIAS PEREIRA  
**INTERES.** : JOSE ADALILSON DE ARAUJO AMORIM  
**INTERES.** : JOSÉ ALTAIR FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

### **DECISÃO**

Com o trânsito em julgados dos embargos à execução e a determinação de desmembramento da execução original, o Sindicato exequente apresentou os cálculos relativos ao grupo de substituídos relacionados à fl. 6.

Intimada a se manifestar acerca dos valores executados, a União se insurgiu contra os seguintes pontos: (a) utilização da variação do IPCA-e para

a atualização dos cálculos a partir de jul/2009, quando o correto seria a variação da TR; (b) os juros moratórios deveriam ter sido limitados à data do trânsito em julgado dos embargos; (c) não foram aplicados juros moratórios sobre os valores pagos administrativamente; e (d) não foram abatidos os valores relativos aos honorários sucumbenciais fixados nos embargos à execução.

À fl. 578, o exequente pleiteou a expedição de requisições dos valores incontroversos reconhecidos pela União, o que foi deferido pela decisão de fls. 592-593 e providenciado pela Coordenadoria de Execução Judicial (CEJU) (fl. 606).

Seguiram diversas petições de cessão de crédito, todas homologadas.

Em atendimento à parte final da decisão de fls. 592-593, a CEJU apresentou as informações e cálculos de fls. 697-748 relativos ao valor remanescente.

Posteriormente, a decisão de fls. 751-756 determinou a realização de novos cálculos com adequação dos índices de correção e de juros.

Intimados a se manifestarem sobre os novos cálculos apresentados pela CEJU às fls. 758-809, a UNIÃO discordou (fls. 813-845) pugnando pela aplicação de eventual efeito modulador quando do julgamento definitivo do RE 870.947/SE pelo STF e pela inclusão de juros nos pagamentos administrativos.

A parte exequente concordou com os cálculos da Contadoria Judicial (fls. 848-850).

É o relatório.

DECIDO.

Passo à análise dos pontos questionados pela executada na petição de fls. 813-845 a fim de possibilitar a apuração de eventuais valores remanescentes aos substituídos:

**(a) Índice de correção monetária**

Conforme consta da movimentação processual do RE n. 870.947, processo submetido à sistemática de repercussão geral em que se discute o índice de correção monetária que deve ser aplicado nas contas de liquidação em condenações impostas à Fazenda Pública, há julgamento pautado para o dia 3 de outubro próximo, de forma que, para permitir a liquidação do julgado, determino a utilização do IPCA-E, estabelecendo, desde já, que sejam adotados os índices determinados pelo STF no julgamento do referido recurso, inclusive com eventuais alterações feitas em sede de embargos de declaração lá pendentes.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse sentido, considerando que o STF concedeu efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos no RE n. 870.947, entendo que, por cautela, devem ser feitos dois cálculos: um utilizando a taxa referencial como correção monetária, e outro o IPCA-E, sendo que a expedição do precatório dos valores remanescentes, se houver, se dará pelo primeiro cálculo. Além disso, um novo precatório complementar deverá ser expedido quando transitar em julgado o recurso extraordinário, observando eventuais modificações no julgamento, conforme já estabelecido.

## **(b) Juros no pagamento administrativo**

O pagamento administrativo deve ser abatido da dívida na data em que ocorreu. Desse modo, a partir deste abatimento, não há mais juros incidindo sobre o montante já quitado, razão pela qual também não devem ser calculados juros sobre os pagamentos.

Ante o exposto, determino o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Execução Judicial para elaboração de novo cálculo com abatimento dos pagamentos administrativos na data em que ocorreram, certificando os critérios. Do cálculo, as partes deverão ser intimadas novamente, independente de nova conclusão.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de setembro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO  
Presidente da Seção